

A SUPEREXPLORAÇÃO E OS NOVOS PADRÕES DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

Carlos Eduardo Martins*

Resumo:

Neste trabalho procuramos distinguir as principais características que vem assumindo a superexploração na América Latina, a partir dos anos 70, quando se afirma a crise da industrialização voltada para o mercado interno e inicia-se na região um giro no sentido de sua inserção numa economia mundial em globalização e sob o domínio de políticas neo-liberais

1. Introdução

O conceito de superexploração do trabalho foi desenvolvido por Ruy Mauro Marini, em fins dos anos 60 e início dos anos 70, para descrever as características centrais das formas de reprodução da força de trabalho na América Latina e nos países dependentes. À superexploração correspondem, portanto, diversos tipos de regulação da força de trabalho que lhe atribuem entretanto formas de manifestação diferenciadas e características concretas particulares.

Neste trabalho procuramos distinguir as principais características que vem assumindo a superexploração na América Latina, a partir dos anos 70, quando se afirma a crise da industrialização voltada para o mercado interno e inicia-se na região um giro no sentido de sua inserção numa economia mundial em globalização e sob o domínio de políticas neo-liberais.

Para realizar este objetivo dividimos nossa exposição em duas grandes partes: uma primeira, quando apresentaremos brevemente o conceito de superexploração e verificaremos as formas de manifestação que adquire, segundo Marini, através dos diversos padrões de acumulação que hegemonizaram o capitalismo latino-americano; e uma segunda, quando procuraremos situar as rupturas que o novo padrão de acumulação neo-liberal, emergente nos anos 70 e 80, apresenta em relação aos

anteriores distinguindo sua influência sobre os padrões de regulação da força de trabalho e formas de manifestação da superexploração.

2. Superexploração e dependência

Segundo Marini, a superexploração do trabalho representa um regime de acumulação em que a força de trabalho sofre uma queda permanente de seus preços em relação ao seu valor. Esta queda se manifesta por três formas principais: pelo aumento da jornada de trabalho sem a elevação dos preços da força de trabalho correspondente ao seu maior emprego; pelo aumento da intensidade de trabalho sem a equivalência salarial correspondente ao seu maior desgaste; e pela redução do fundo de consumo do trabalhador (Marini, 1973: 41-42).

Para o autor, a superexploração se estabelece nos países dependentes de maneira sistemática, adquirindo, entretanto, distintas determinações, conforme o período ou as fases do desenvolvimento desses países. Essas determinações ainda que se distingam, articulam-se todavia, a dimensões mais gerais que devem estar presentes para que a superexploração se estabeleça de forma sistemática. Estas dimensões gerais referem-se às relações inter-capitalistas e às relações entre o capital e a força de trabalho, e podem ser expressas da seguinte forma: as relações inter-capitalistas devem se traduzir para o país dependente ou para os segmentos produtivos que alocam a maior parte da força de trabalho desses países, em uma apropriação de valor que resulte na queda de suas taxas de mais-valia e de lucro; e as relações entre capital e força de trabalho devem se pautar por um excesso de oferta desta última, para que seus preços possam cair abaixo do valor, permitindo o ajuste necessário para a recuperação das taxas de mais-valia e de lucro e do ritmo da acumulação capitalista.

Assim, durante o desenvolvimento do capitalismo latino-americano, Marini identifica quatro grandes períodos que vão determinar de maneira distinta a superexploração do trabalho. Estes períodos referem-se à economia exportadora; à industrialização substitutiva de importações da crise do entre-guerras; à industrialização sob a liderança do investimento direto no pós-guerra; e aos impactos da globalização sobre a acumulação de capital nos países dependentes, fase que Marini apenas chega a esboçar.

A economia exportadora tem seu auge na América Latina entre 1850 e 1930. Os determinantes da superexploração neste tipo de economia são: no âmbito das relações inter-capitalistas, a deterioração dos termos da troca motivada pela fixação dos preços de produção; e no âmbito das relações entre capital e força de trabalho, a separação entre o circuito de mercadorias que consome a força de trabalho e a circulação de mercadorias dos segmentos mais dinâmicos da economia exportadora, bem como o aumento da dotação de força de trabalho a partir da utilização das reservas de mão-de-obra indígena e do amplo recurso ao fluxo migratório.

Vejamos isto mais em detalhe. Conforme assinala Marini, entre 1850 e 1880 a elevação da produtividade nas economias centrais conduz ao aumento das necessidades de obtenção de matérias-primas e produtos alimentícios. Estas necessidades são atendidas pelas economias dependentes a partir do maior emprego intensivo e/ou extensivo da força de trabalho, em função da baixa penetração do capital estrangeiro no sistema produtivo e na infra-estrutura destas economias. Esta situação implica no intercâmbio com base ao valor e no alcance de altas taxas de lucro nos países dependentes que estimulam para ali o investimento estrangeiro desde os países centrais, uma vez que a emergência do capital financeiro nos centros da economia mundial viabiliza a constituição sistemática de um excedente de capitais que se aplica internacionalmente.

A inversão destes capitais nos países dependentes vai, então, deslocar o fundamento do intercâmbio do valor para os preços de produção e fará operar a deterioração dos termos da troca, que reduzirá a obtenção de superávits comerciais nos países dependentes e os sujeitará a balanços de pagamentos negativos e ao endividamento crescente. Por outro lado, o fato dos mercados de realização dos segmentos produtivos dinâmicos da economia exportadora serem externos, implica uma separação entre a circulação de mercadorias da produção exportadora e a circulação de mercadorias dedicadas a reproduzir o valor da força de trabalho, de modo que a desvalorização das mercadorias da economia exportadora não afeta substancialmente o valor da força de trabalho.

Assim, combinam-se no desenvolvimento da economia exportadora latino-americana, a elevação da composição orgânica do capital dos segmentos exportadores, a desvalorização e a circulação externa de suas mercadorias e a manutenção ou queda da massa de mais-valia. Tal cenário conduz à queda das taxas de mais-valia e de lucro e à superexploração, como forma de recuperação destas

taxas. A baixa produtividade que caracteriza a economia exportadora restringe o papel da intensidade do trabalho e acentua a redução salarial e o aumento da jornada de trabalho na geração da superexploração, enquanto que o excedente de força de trabalho proporcionado pelas políticas estatais de imigração e de alienação da terra criam as condições materiais para a sua implementação.

A industrialização substitutiva se inicia na América Latina no início do século XX e tem seu auge entre os anos 30 e 50, quando a indústria desloca a agricultura como eixo da acumulação. Ela se origina do aumento da composição técnica de capital dos segmentos vinculados à produção exportadora, mas, principalmente, da deterioração dos termos da troca, que incita à inflação e à desvalorização como instrumentos para o Estado absorver os excedentes produzidos pela burguesia agro-exportadora e garantir os preços de suas mercadorias. Estas políticas públicas criam um ambiente de proteção ao mercado nacional que se acentua nos momentos de crise e permitem aos países dependentes enfrentar provisoriamente suas crises de divisas, substituindo a importação de bens de consumo leves, que se destinam na maior parte ao consumo das burguesias latino-americanas, pela importação dos insumos produtivos necessários para produzi-los internamente.

A substituição de importações desloca a esfera de realização do mercado externo para o mercado interno, mas direciona a produção ao consumo suntuário, que corresponde inicialmente a uma demanda pré-existente e superior à oferta. A contradição entre o aumento da composição orgânica do capital e a manutenção da massa de mais-valia volta a se estabelecer na economia dependente, ainda que com outros determinantes, uma vez que o descompasso agora se estabelece porque a inovação tecnológica destina-se ao consumo suntuário e não mais ao mercado internacional, embora, da mesma forma, não atue sobre o valor da força de trabalho.

Esta demanda pré-existente será ampliada pela crise da economia agro-exportadora, que provoca um aumento do excedente de força de trabalho e permite pressionar para baixo os salários. A absorção de parte dessa força de trabalho pela indústria aumenta a produtividade do trabalho e possibilita à intensidade de trabalho jogar um papel crescente na superexploração. Todavia, neste período, a situação monopolística criada pela crise do comércio mundial entre a primeira e a segunda guerra, bem como pela elevação das barreiras aduaneiras, permite ao capital industrial elevar os preços de mercado acima dos preços de produção para sustentar e aumentar sua taxa de lucro (Marini, 1973: 63). Assim, o capital industrial opera em grande

parte dentro da própria esfera da demanda de bens suntuários para impactar positivamente a taxa de lucro, reduzindo a necessidade do recurso à superexploração do trabalho.

A equivalência para o capital industrial dos preços de mercado aos preços de produção, a partir do equilíbrio entre a oferta e procura de bens manufaturados em meados dos anos 40 e 50, estabelece a necessidade de ampliação do mercado de produtos industriais. Esta ampliação se dará através do estabelecimento de uma mais-valia extraordinária entre os ramos produtivos que ultrapassará o nivelamento dos preços de produção e favorecerá os segmentos produtores de bens de consumo suntuários (Marini, 1979-A: 29). O fundamento desta mais-valia extraordinária estará no novo salto na composição técnica e orgânica do capital dos países dependentes, que será proporcionado pela redução do tempo de rotação do capital fixo nos países centrais e conseqüente disponibilização para a América Latina, mediante o investimento direto, de parte dos meios de produção que haviam se tornado obsoletos nos centros capitalistas. Desenvolve-se, então, uma nova fase de expansão industrial na América Latina que Marini chama de *o novo anel da espiral* (Marini, 1973: 66).

Assim, se desenvolve um setor IIb, dedicado ao mercado interno e ao consumo suntuário nas formações sociais da América Latina, cuja captação de mais-valia extraordinária inter-setorial implica uma baixa da taxa de lucro nos segmentos produtores de bens de consumo necessários e nas pequenas e médias empresas – que possuem custos de produção superiores aos do grande capital. O mercado destes bens de consumo suntuário associa-se à formação de setores médios vinculados a esta economia monopólica e fundamenta-se na restrição ao capital variável introduzida na estrutura produtiva pelo novo nível de composição orgânica do capital da economia dependente. Esta restrição ao capital variável, manifesta-se por um crescimento do exército industrial de reserva provocado pelo forte aumento da produtividade associado às novas tecnologias e cria as bases econômicas para o avanço da superexploração.

Em uma economia regulada pela superexploração, os limites para a manutenção da mais-valia extraordinária no setor IIb surgem, então, mais pelo lado da demanda do que pela via dos estrangulamentos produtivos provocados pelas diferenças de dinamismo tecnológicos com o setor IIa - dedicado à produção de bens que consome a força de trabalho e de insumos de amplo escopo. Isto ocorre em razão dos obstáculos para generalizar o consumo dos setores médios, uma vez que este se

origina da restrição ao consumo popular e de uma concentração da demanda que opera dentro dos próprios setores médios – dinamizando a parte que se liga à formação dos monopólios na estrutura produtiva e restringindo a que se vincula à proletarianização dos serviços e extensão do trabalho produtivo. Da mesma forma, a expropriação de capitais que realiza o capital estrangeiro, principalmente em suas filiais, torna parte da mais-valia não-acumulada nos países dependentes intransferível ao consumo suntuário local, restringindo o mercado para o segmento IIb (Marini, 1979-A: 51-55).

Assim, entre os anos 50 e parte dos 70, período em que o capital estrangeiro lidera o investimento na América Latina e o direciona para seu mercado interno, a superexploração do trabalho é determinada principalmente pelos seguintes fatores:

i) Pelo avanço da contradição entre o aumento da composição orgânica do capital e o estancamento da massa de mais-valia global produzida nos países dependentes. Todavia, durante o período de expansão, o grande capital é capaz de burlar esta contradição, externalizando-a para o resto da sociedade ao se apropriar de parte da mais-valia gerada pelo segmento IIa e pequenas e médias empresas das sociedades dependentes, que não conseguem responder a esta ameaça sobre suas taxas de mais-valia e de lucro pela via tecnológica. Assim, aproveitando-se do crescimento do excedente de força de trabalho proporcionado pelo capital estrangeiro, os setores produtores de bens necessários e as pequenas e médias empresas recorrem à superexploração para preservar suas taxas de mais-valia e de lucro.

ii) Na medida em que a maior parte da força de trabalho se vincula às pequenas e médias empresas, a queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor regula a formação do mercado de força de trabalho, beneficiando o grande capital, que também se utiliza da superexploração. A superexploração do trabalho neste período ganhará características distintas, associadas às composições técnicas e orgânicas do capital a que se vinculará a força de trabalho. Jaime Osório, em um trabalho clássico, *Superexplotación y clase obrera: el caso mexicano* (1975), afirma que a intensidade de trabalho tende a predominar como forma de superexploração nas indústrias grandes e/ou dinâmicas, enquanto que nas pequenas/médias e/ou tradicionais a forma dominante tende a ser pressão negativa sobre os salários. O predomínio da intensidade do trabalho nos setores de alta composição orgânica deve-se a que estes se apropriam de parte da mais-valia produzida nos setores de baixa composição orgânica de capital e ao fato de que as condições técnicas da grande

produção industrial possibilitam o maior recurso à intensidade do trabalho.

Entretanto, os problemas de realização que o grande capital enfrentará para a sustentação da mais-valia extraordinária nos países dependentes, o levará a confrontar-se diretamente com a contradição entre o aumento da composição orgânica do capital e o estancamento da massa de mais-valia, que havia externalizado para o conjunto da sociedade. Todavia, as soluções encontradas para essa contradição se inscreverão não apenas no contexto de um novo desenho para o padrão de reprodução capitalista dependente, mas para a reprodução mundial do capitalismo.

Assim, dois movimentos convergem a partir dos 70, ainda que com forças e dinâmicas distintas: o movimento interno ao capitalismo dependente de resolução de seus problemas de realização, que vem novamente direcionar grande parte da expansão da produção latino-americana ao mercado externo; e o movimento de internacionalização financeira e dos processos produtivos, que se estrutura desde o capitalismo dos países centrais e que está na raiz do que vem sendo chamado de globalização.

3. Superexploração e os novos padrões de acumulação de capital

O movimento interno do capitalismo dependente para a resolução de seus problemas de realização encontra três formas possíveis de solução: a exportação de mercadorias e de capitais; o consumo estatal e o aprofundamento do consumo suntuário. Tais mecanismos irão atuar conjugadamente, mas com uma clara hierarquia da exportação de mercadorias e de capitais sobre as demais, que fará Marini mencionar a existência de um subimperialismo nos países dependentes. Este subimperialismo se desenvolve a partir do alcance de um certo nível de composição orgânica do capital nos países dependentes e direciona, novamente, seus padrões de acumulação ao mercado internacional – principalmente a fase de realização da circulação (Marini 1974 e 1977).

Paralelamente a esta dinâmica, se estrutura na economia mundial um movimento simultâneo de internacionalização de capitais e de mercadorias que sendo muito mais intenso, absorve e subordina o movimento anterior, interno aos países dependentes, a sua própria dinâmica, extensão e lógica. Ele tem origem na absorção do paradigma microeletrônico pelo capital, que impõe uma ampla reestruturação nos seus padrões de acumulação. Entre as principais características desta reestruturação podemos mencionar (OECD, 1991), (Marini, 1992 e 1995) e (Martins, 1996):

i) O desenvolvimento de escalas produtivas globais associadas às dimensões mundializantes das novas tecnologias. Estas escalas produtivas elevam os custos do investimento e passam a exigir a expansão e internacionalização do trabalho coletivo para gerar-se o excedente necessário ao desenvolvimento da acumulação de capital. Tal internacionalização do capital produtivo estabelece uma trajetória progressiva de homogeneização mundial dos processos produtivos e de nivelamento dos capitais fixo e circulante e da produtividade e intensidade do trabalho, que exigem uma ampla mobilidade de capitais e mercadorias para realizá-la;

ii) A progressiva eliminação do trabalho manual e industrial, através da difusão da convergência tecnológica microeletrônica, que tende a opor o crescimento econômico ao emprego – pela incapacidade das relações de produção capitalistas suportarem uma divisão do trabalho que generalize o conhecimento científico – e a reduzir à dimensões marginais, durante o novo Kondratieff expansivo, o dispêndio físico de força de trabalho social. Dessa forma, desenvolve-se a contradição no âmbito do capitalismo internacional entre a necessidade crescente de absorção de massas de trabalho para a valorização do capital e a eliminação do emprego, cuja solução parcial é o desenvolvimento da mais-valia extraordinária e da internacionalização do processo de trabalho – fatores cada vez mais interrelacionados;

iii) O brutal processo de centralização de capitais que prepara as bases para essa trajetória de concentração de capitais acima assinalada. O processo de centralização de capitais que inaugura, a partir dos anos 70, o desenvolvimento da fase depressiva do Kondratieff de longo prazo, atinge a América Latina fundamentalmente em duas fases. A primeira, a partir de fins dos anos 70 e que se prolonga durante os anos 80, em que se difunde um cenário de repatriação de capitais e transferência dos excedentes da região para as burguesias dos países centrais através da explosão dos juros da dívida externa – que cria recessão, profundos déficits em conta corrente e a necessidade da geração de superávits comerciais mediante a restrição das importações e o aprofundamento da superexploração do trabalho. A segunda, que se inicia ainda durante os anos 80, conforme o país – Chile, Argentina e México –, mas que generaliza nos anos 90 uma arquitetura macroeconômica fundada na abertura comercial, na sobrevalorização cambial e na formação de grandes reservas baseadas inicialmente na queda das taxas de juros internacionais e acordos de renegociação da dívida, mas sobretudo em altas taxas de juros internas, na privatização e na desnacionalização da economia – necessárias para criar um

superávit na conta capital e equilibrar o balanço de pagamentos ameaçado por significativos déficits comerciais e de transações correntes (CEPAL, 1996).

Da reestruturação dos padrões mundiais de acumulação capitalistas emergem as tendências de estruturação de uma nova divisão internacional do trabalho, onde os países centrais conservam o trunfo do imenso monopólio de investigação e pesquisa e descentralizam progressivamente a produção direta, mediante a dispersão no conjunto do planeta da produção de partes e componentes de maior ou menor valor agregado.

Esta especialização tecnológica dos centros tem acarretado a emergência das empresas "globais" (OECD 1991 e Martins 1996). Essas empresas introduzem grande parte das inovações tecnológicas em seus países de origem; controlam a maior parte dos mercados em que estão inseridas; e compensam a diminuição da exploração da força de trabalho nacional com a obtenção da mais-valia extraordinária – que externaliza até certo ponto este problema à concorrência – mediante o estabelecimento de acordos de cooperação tecnológica e a internacionalização dos processos produtivos que lhes permite controlar mundialmente, direta ou indiretamente, uma massa superior de trabalho coletivo.

Desta forma, a busca de mais-valia extraordinária na economia mundial passa a ter dois fundamentos: de um lado, a capacidade de introduzir mundialmente inovações tecnológicas, que incide em níveis intra-ramo e inter-ramo produtivo; e de outro lado, a descentralização dos processos produtivos ao trabalho superexplorado que, ao valer-se de uma tecnologia superior, eleva a sua produtividade e intensidade, criando no âmbito do ramo uma diferença extra entre o valor do trabalho e da força de trabalho (Marini, 1995: 63-65).

Assim, a vinculação da mais-valia extraordinária a tecnologias que tendem a eliminar o trabalho físico e a um pequeno grupo de empresas que concentram as inovações, mas também a corrida à força de trabalho superexplorada – viabilizada pela liberalização dos mercados nacionais e das legislações trabalhistas que permitem ampla mobilidade internacional de capitais e força de trabalho -, levam Marini a postular a superexploração não mais como uma característica distintiva das economias dependentes, mas como uma forma de reprodução da força de trabalho que tende a se generalizar mundialmente, inclusive aos países centrais (Marini, 1995: 65).

A convergência da globalização da acumulação capitalista com o movimento subimperialista, interno ao capitalismo dependente, provoca profundas alterações nos padrões de reprodução do capital e nos determinantes da superexploração do trabalho

na América Latina. Para os países dependentes e, em particular, no caso da América Latina, este novo contexto da reprodução do capital acentua a superexploração do trabalho e reforça as suas características mais agudas.

Como vimos, o processo de centralização de capitais a que vem sendo submetida a América Latina, apresenta duas grandes fases. Na primeira etapa, cujo auge são os anos 80, a expropriação de capitais associada à crise da dívida externa reduz a massa de mais-valia e, como tal, as taxas de mais-valia e de lucro e a mais-valia não-acumulada da região. Assim, a centralização de capitais nos anos 80, acrescenta aos problemas de realização do capitalismo dependente latino-americano aqueles derivados de uma enorme expropriação de mais-valia, agudizando os primeiros, ao restringir a expansão da esfera do consumo suetuário e impulsionar a crise do Estado. Neste período, decaem as taxas de investimento, paralisa-se o desenvolvimento do setor produtivo e o aprofundamento da substituição de importações em direção ao segmento de bens de capital, gerando-se um excedente de força de trabalho que alimenta uma superexploração que se traduz na redução salarial e no aumento relativo e absoluto das famílias abaixo da linha de pobreza (CEPAL, 1996: 37).

Na segunda etapa, cujo o auge são os anos 90, a liberalização tarifária e a sobrevalorização cambial praticada pelos governos latino-americano reinserem amplamente os padrões de acumulação capitalistas latino-americanos no mercado internacional. O movimento de direcionamento desses padrões ao mercado internacional, que se fazia pela via do subimperialismo, é superado em seu ritmo e extensão pela reestruturação dos padrões mundiais da acumulação de capital. Se no projeto subimperialista o ciclo interno da acumulação de capital se desdobrava no mercado externo e internacionalizava parte da realização e, mais lentamente, da produção e da primeira fase da circulação, a abertura comercial e a valorização do câmbio ao dissolverem em grande parte as barreiras entre o mercado interno e o internacional, desdobram a esfera da realização dos países centrais nos países dependentes e criam as bases para o aprofundamento da internacionalização das fases da produção e da primeira etapa da circulação do ciclo interno dos países dependentes.

O aprofundamento da internacionalização das fases da produção e da primeira etapa da circulação do capitalismo dependente se liga, então, à liberalização comercial e à sobrevalorização do câmbio pela via dos desequilíbrios em conta

corrente e da espiral financeira criada pela explosão da dívida interna e externa, em função do descontrole do M4 nas economias dependentes latino-americanas. A superação deste ciclo de investimento financeiro deverá dar lugar a formas mais sustentadas de crescimento econômico na região, mas exigirá uma enorme transferência do patrimônio público e privado ao capital internacional e a geração de significativos superávits comerciais para financiar uma grande parte do resultado negativo da conta corrente. As transferências de capitais e divisas associadas a estes processos somente poderão ser saldadas com o recurso à superexploração, e principalmente através da redução dos salários – uma vez que a liderança no processo de acumulação cabe ao setor financeiro, não podendo nenhuma dinâmica da intensidade de trabalho acompanhar o volume de expropriação de mais-valia causado pela conversão dos lucros deste setor à economia real.

A resultante deste cenário macroeconômico para a América Latina deverá ser a dissolução de parte dos processos materiais de acumulação desenvolvidos sob as políticas de substituição de importações – particularmente através dos segmentos de maior valor agregado, como o de bens de capital – e sua integração em uma nova onda longa expansiva da economia mundial – cujos fundamentos já se estabelecem em alguns países centrais em meados da década de 90, notadamente os Estados Unidos– sob a égide de uma nova divisão internacional do trabalho que a especialize na produção de commodities, bens de consumo e componentes industriais de valor agregado inferior ou médio.

Uma vez delineadas as características principais das fases de centralização e concentração que projetam a entrada da América Latina no século XXI, podemos especificar que novas determinações acompanham a superexploração do trabalho nesta etapa da dependência do continente.

i) No período de hegemonia da centralização de capitais, que se generaliza ao final dos anos 70 e deve prolongar-se até início da próxima década, a superexploração tende a ser impulsionada pela expropriação de mais-valia liderada pelo capital usurário. Assim, baixam-se as taxas de lucro e de mais-valia do conjunto da região, e a superexploração tende a se manifestar pela rebaixa dos salários, pois as inovações organizacionais introduzidas principalmente a partir dos anos 90, embora provoquem uma forte elevação da intensidade do trabalho, não são suficientes para fazê-la acompanhar o montante da sucção de valor absorvido pelo setor financeiro. A desarticulação do setor produtivo resultante gera o excedente de força de trabalho que

cria as condições materiais para pressionar os preços da força de trabalho para abaixo. No período de centralização, entretanto, são desenvolvidas as bases de uma nova regulação econômica que prepara a expansão de um período de concentração de capitais, cujas contradições apontaremos a seguir;

ii) A liberalização comercial provoca um crescente deslocamento dos padrões de acumulação dos países dependentes para o mercado mundial. Esse deslocamento se manifesta pelo maior dinamismo do mercado internacional como esfera de realização da produção latino-americana que tende a se converter no *locus* principal dessa dimensão da acumulação capitalista. Os setores de ponta da economia latino-americana, na medida desse dinamismo e deslocamento, perdem então a capacidade de se apropriar de uma mais-valia extraordinária em âmbito inter-ramos, uma vez que passam a representar segmentos de composição orgânica do capital inferior ou média em um circuito da acumulação do capital onde a grande massa de mercadorias é produzida em condições monopolísticas, isto é, de composição orgânica superior à média. A produção exportadora latino-americana sofre a ação dos preços de produção e aprofunda a depreciação de suas mercadorias em relação ao valor, que se manifesta na deterioração dos termos da troca. Esta deterioração se agudiza ainda com os excessos de oferta provocados pelo aumento da concorrência e pela busca da mais-valia extraordinária no âmbito do ramo;

iii) O aprofundamento da internacionalização das fases inicial da circulação e da produção produz um aumento da composição orgânica do capital, que se combina com a tendência à constância ou queda da massa de mais-valia provocada pela depreciação e deterioração dos termos da troca, derrubando as taxas de lucro e de mais-valia. Essa nova etapa de internacionalização, assinalada, aumenta a heterogeneidade tecnológica das economias dependentes e, portanto, a capacidade dos setores de ponta dedicados ao mercado interno extraírem mais-valia dos ramos e empresas tecnologicamente mais atrasadas. Todavia, esta capacidade de extração de mais-valia extraordinária é constrangida pelo menor dinamismo do consumo suntuário frente à exportação de mercadorias na realização do ciclo interno da economia dependente, mas também pelo forte aumento das importações, associado à liberalização comercial, que reduz o mercado interno para a produção latino-americana com efeitos depressivos sobre a reprodução da acumulação do capital dependente.

iv) A crescente absorção de tecnologias intensivas em ciência e subjetividade,

associadas à convergência microeletrônica e à revolução científico-técnica, substitui o dispêndio físico e industrial de força de trabalho e gera uma expansão do excedente de força de trabalho que se torna dramática com os entraves à qualificação da força de trabalho proporcionados pela regulação econômica fundada na depreciação de seu valor. Assim, a maior produtividade trazida pelas novas tecnologias transforma-se em grande parte em desemprego aberto ou oculto sob a forma do desalento ou da precarização do trabalho. Acompanha este movimento, um profundo processo de flexibilização da legislação trabalhista que busca eliminar os direitos do trabalhador para reduzir seu fundo de consumo e aumentar a rotatividade no emprego.

Tais determinantes situam a superexploração do trabalho sob novas dimensões. Assim, se durante a industrialização voltada ao mercado interno, os segmentos de ponta da economia latino-americana possuíam composição orgânica superior à média – fator que estimulava o recurso à intensidade de trabalho como forma predominante de superexploração; ao se inserirem no mercado internacional como segmentos de composição inferior àqueles que produzem a grande massa de mercadorias, tendem a recorrer mais agudamente à superexploração, lançando mão principalmente do recurso da redução salarial, pois a intensidade de trabalho não possui condições a médio e longo prazo de acompanhar a apropriação de mais-valia que sofre a economia dependente através dos preços de produção.

Por outro lado, a ampla capacidade de geração de desemprego que a absorção das novas tecnologias produz em um ambiente de baixa qualificação da força de trabalho, somada à desregulamentação da legislação trabalhista, atua também no sentido de impulsionar as formas mais agudas de superexploração, pois os preços da força de trabalho se desviam para abaixo do valor quando cria-se um excedente de oferta em relação à procura. Como o crescimento da oferta em relação à demanda de força de trabalho tende a ser mais dinâmico que o crescimento da intensidade de trabalho e da qualificação do trabalho durante os novos padrões de reprodução capitalista na América Latina, a superexploração tende, portanto, a assumir neste período as suas formas mais agudas.

4. Conclusão

Como vimos, a nova quadra histórica que se abre para a América Latina tende a aprofundar a superexploração e fazê-la assumir as suas formas mais agudas. Esta tendência se consolida, inicialmente, em torno da centralização de capitais que a

América Latina vem sofrendo. Entretanto, ela tende a se estruturar para além desta fase, seja através da liberalização comercial que insere os segmentos de ponta latino-americanos em espaços de circulação que lhes fixam os preços de produção abaixo do valor; seja através do aprofundamento da heterogeneidade tecnológica dos países dependentes proporcionado pelo aumento da internacionalização de sua estrutura produtiva, bem como de sua fase inicial da circulação; seja ainda mediante o aumento do desemprego proporcionado pela absorção de tecnologias que reduzem drasticamente o dispêndio físico de força de trabalho.

Por outro lado, este panorama se agrava pelo fato dos Estados Unidos, principal potência regional nas Américas, ter a sua hegemonia mundial restringida para uma hegemonia compartilhada com outras grandes potências como Alemanha e Japão, fato este que aquele país procurará compensar e adiar com a intensificação de sua dominação regional. A tendência à hegemonia compartilhada se manifesta, entre outros aspectos, tanto pela queda da parcela do produto mundial controlado pelos Estados Unidos desde os anos 60; quanto pela queda da produtividade do trabalho estadunidense em relação aos países europeus – principalmente Alemanha e França – e Japão; e ainda pelos déficits estruturais da balança comercial e da conta corrente dos Estados Unidos, nos anos 80 e 90.

Portanto, os Estados Unidos têm buscado estimular a adoção de políticas em sua área de influência regional que diminuam a importância de seus déficits na balança de transações correntes, os quais tem exportado crescimento para outras partes do mundo e estabelecido limites para a redução das taxas de juros, que contém seu desenvolvimento econômico. Desta forma, as propostas de atrelamento das moedas latino-americanas ao dólar e de valorização do câmbio latino-americano se destacam como estratégias estadunidenses de redução de seus déficits. Tal contexto situa-se como dramático para a América Latina, uma vez que sua balança de serviços é deficitária e que sua balança de capital também o é a longo prazo (Dos Santos, 1978) (Caputo e Pizarro, 1973). Assim, mantidas as relações de subordinação ao centro regional, a América Latina tende a desenvolver uma quadra histórica de crescimento medíocre durante o novo Kondratieff expansivo, uma vez que, para o período de crescimento longo se desenvolver na região, é necessária a geração de superávits na balança comercial que reduzam amplamente os déficits da balança de transações correntes e somem-se aos períodos de excedentes na conta de capital que a fase expansiva proporciona em seus ciclos curtos de crescimento para compensar os

resultados negativos do balanço de pagamentos.

Mantidas as pressões deficitárias sobre a balança comercial, proporcionadas não apenas pela deterioração dos termos da troca e pela liberação comercial, mas pela valorização cambial, a América Latina se defrontará, após cada ciclo curto de expansão, com profundos desequilíbrios macroeconômicos proporcionados pelos sinais coincidentes e negativos das balanças de capital, serviços e comercial. Tais desequilíbrios apenas poderiam ser solucionados provisoriamente com enormes confrontações sociais e políticas e com uma profunda contenção salarial e agudização da superexploração que compensasse as pressões deficitárias sobre a balança comercial.

Desenha-se, pois, no cenário latino-americano um novo período de expansão do capitalismo dependente, sem o esplendor das taxas de crescimento alcançadas durante o pós-guerra e com uma profundização inaudita da superexploração do trabalho.

Tais tendências não se inscrevem todavia como absolutas no horizonte social. A possibilidade de superá-las depende da organização de forças sócio-políticas capazes de minar seus determinantes. Segundo Marini, a generalização da superexploração do trabalho na economia mundial contribui para criar uma forte solidariedade internacional entre o proletariado, à medida que o submete cada vez mais a padrões similares de reprodução da força de trabalho. Desta forma, para combater a superexploração como sua antítese, esta solidariedade deve se expressar em ações que:

i) Regulamentem em níveis internacional ou regional os padrões de exploração da força de trabalho, de maneira a impedir que a concorrência proporcionada pela mobilidade de capitais fundamente a mais-valia extraordinária na queda dos preços da força de trabalho;

ii) Reduzam a jornada de trabalho de acordo com o crescimento da produtividade, evitando a generalização do desemprego estrutural;

iii) Reduzam drasticamente o consumo suntuário no capitalismo dependente e direcionem os seus excedentes econômicos para o desenvolvimento de tecnologias de ponta nestas regiões; e

iv) Democratizem radicalmente o Estado e ampliem sua capacidade de planejamento na economia para reduzir a heterogeneidade da estrutura produtiva e elevar a qualificação média da força de trabalho.

A implementação de tais ações na América Latina e no capitalismo dependente nos levaria então a uma nova trajetória de desenvolvimento que superaria a centralidade da concorrência e da propriedade privada e se instituiria sobre as bases da socialização, planificação e democratização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caputo O. e Pizarro R. (1973) Dependencia y Relaciones Internacionales, Costa Rica, Educa.

CEPAL (1996) América Latina 15 años de Desempenho Económico. Santiago, Naciones Unidas.

(1997-A) Anuario Estadístico de América Latina y Caribe. Santiago, Naciones Unidas.

(1997-B) Panorama Social da América Latina. Santiago, Naciones Unidas

(1998) Balance Preliminar de America Latina y Caribe, Santiago, Naciones Unidas. <http://eclac.org>

DIEESE (1998) "Começa com Piora no Mercado de Trabalho". <http://dieese.org.br>

"Evolução dos Rendimentos do Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo". <http://dieese.org.br>

Dos Santos, Theotônio (1978) Imperialismo y Dependencia. México D.F, Ediciones Era.

(1998) "A Teoria da Dependência: Um Balanço Histórico e Teórico" P.p. 93-151 in Los Retos de La Globalización – Ensayos en Homenaje a Theotonio dos Santos, Tomo I, editado por Francisco López Segrera. Caracas, UNESCO.

Maddison, Angus (1997) La Economía Mundial 1820-1992. Análisis y Estadísticas. OCDE, Paris

Marini, Ruy Mauro (1973) Dialéctica da Dependencia. México D.F., Era.

(1976) El Reformismo y la Contrarevolución: Estudios sobre el Chile. México D.F., Série Popular Era.

(1977-A) "Estado y Crisis en Brasil" in Cuadernos Políticos n. 13.

(1977-B) "La Acumulación Capitalista Mundial y el

Subimperialismo" in Cuadernos Políticos n. 12.

(1978) "Las Razones del Neodesarrollismo. Respuesta à F.H. Cardoso y J. Serra" in Revista Mexicana de Sociologia (México), Número Especial.

(1979-A) "EL Ciclo del Capital en la Economía Dependiente" P.p. 37-55 in Mercado y Dependencia, editado por Ûrsula Oswald, Editorial Nueva Imagen

(1979-B) "Plúsvalía Extraordinaria y Acumulación de Capital" in Cuadernos Políticos n. 20.

(1982) "Sobre el Nuevo Patrón de Reproducción del Capital en Chile", Cuadernos de CIDAMO 7

(1985) Subdesarrollo y Revolución. México, Sigloveinteuno (12A Edição)

(1990) Memorial. mimeo

(1992) América Latina: Dependência e Integração. São Paulo, Brasil Urgente.

(1995) "Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista" in Marini, R. e Millán M. (Coord.) La Teoria Social Latinoamericana. Tomo 4. México, D.F. Ed. El Caballito.

Martins, Carlos Eduardo (1996) Globalização e Capitalismo: Considerações Teórico-Metodológicas sobre os Novos Padrões da Acumulação de Capital e suas Implicações para as Políticas Científico-Tecnológicas. Tese de Mestrado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV-RJ), Rio de Janeiro.

Minujin A. e López N. (1993) Nueva Pobreza y Exclusión: El Caso Argentino. Mimeo.

OECD (1991) Background Report Concluding the TEP (Technology/Economic Programme), Paris.

(1997) Estudios Económicos de la OCDE: México, Paris.

UNCTAD (1997) World Investment Report – Overview

Valencia, Adrián Sotelo (1998) Globalización y Precariedad del Trabajo en México. México, D.F. El Caballito.